

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso para reclamação, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

31 de Março de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Regina Monteiro Rabaço*.

## Direcção Regional de Educação de Lisboa

### Escola Secundária José Gomes Ferreira

**Aviso n.º 4795/2006 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no placard desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o estipulado no artigo 96.º do decreto-lei acima citado.

4 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Manuel Figueira Castilho Esperança*.

### Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias

**Aviso n.º 4796/2006 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard de entrada dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da referida lista cabe reclamação, a apresentar pelos interessados ao dirigente máximo dos serviços no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

3 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Fernando do Couto Ferreira*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

**Despacho n.º 8788/2006 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerar, a seu pedido, o licenciado Alexandre Augusto Veiga Esteves Pereira das funções de adjunto do Gabinete para que foi nomeado pelo meu despacho n.º 9056/2005 (2.ª série), de 1 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de Abril de 2005.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2006.

29 de Março de 2006. — O Secretário de Estado da Cultura, *Mário Vieira de Carvalho*.

### Biblioteca Nacional

**Despacho (extracto) n.º 8789/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 8 de Fevereiro de 2006 e por despacho de 22 do mesmo mês do director do Instituto Português de Museus:

José Maria Garcia Nolasco da Silva, vigilante-recepcionista de 2.ª classe, do quadro de pessoal do Museu Nacional de Arte Antiga — autorizada a prorrogação da sua requisição na Biblioteca Nacional, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006.

28 de Março de 2006. — O Director, *Jorge Couto*.

**Despacho (extracto) n.º 8790/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 22 de Fevereiro e de 15 de Março de 2006 da presidente do conselho directivo do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais da Segurança Social:

Teresa Manuela Carrilho Serém Lopes, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais da Segurança Social — transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Biblioteca

Nacional, com efeitos a partir de 16 de Abril de 2006, considerando-se exonerada do lugar anterior à data da aceitação do novo lugar.

31 de Março de 2006. — O Director, *Jorge Couto*.

### Instituto Português do Património Arquitectónico

**Rectificação n.º 569/2006.** — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 13 de Março de 2006, a p. 3640, o despacho (extracto) n.º 5890/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «a partir de 1 de Abril de 2006» deve ler-se «a partir de 2 de Maio de 2006».

4 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *Henrique Parente*.

## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

**Despacho n.º 8791/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 3 de Abril de 2006:

Sandra Cláudia Santos Pereira Ramos, técnica superior de orçamento e conta principal de nomeação definitiva do quadro da Direcção-Geral do Orçamento — nomeada em regime de requisição, e após anuência do serviço de origem, para exercer funções neste Tribunal da Relação de Coimbra, sendo remunerada pelo escalão 1, índice 560, com efeitos a 1 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Abril de 2006. — O Presidente, *António Joaquim Piçarra*.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

**Despacho (extracto) n.º 8792/2006 (2.ª série).** — No uso da competência delegada, por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 3 de Abril de 2006:

Dr. José Sérgio Carvalho dos Santos de Calheiros da Gama, juiz de direito, servindo, em comissão de serviço, como conselheiro jurídico na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e das Organizações e Organismos Internacionais — colocado na situação de disponibilidade a partir de 17 de Março de 2006.

Dr. José Sérgio Carvalho dos Santos de Calheiros da Gama, juiz de direito na situação de disponibilidade — colocado como auxiliar no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, por urgente conveniência de serviço e até ao próximo movimento judicial, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2006.

(Posse: 15 de Maio de 2006.)

4 de Abril de 2006. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

## TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO PORTO

**Anúncio n.º 64/2006 (2.ª série).** — O Dr. Ricardo J. P. M. de Oliveira e Sousa, juiz de direito, faz saber que, nos autos de acção administrativa especial, registados sob o n.º 743/05.2BEPRT, que se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, 2.º Juízo, Unidade Orgânica 1, em que é autora Liliana Arménia Sousa Ferreira e demandado o Ministério da Educação, são os contra-interessados candidatos posicionados à frente da requerente nas listas definitivas de ordenação dos grupos 20 e 22 do concurso externo para pessoal docente regulado pelo Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de Fevereiro, aberto pelo Ministério da Educação para o ano lectivo de 2004-2005, publicitadas no *Diário da República*, em 31 de Agosto e em 28 de Setembro de 2004, cuja residência se desconhece, para, no prazo de 15 dias, se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do artigo 82.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), cujo objecto do pedido consiste na anulação dos despachos de 15 de Novembro e de 10 de Dezembro de 2004 do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa, com fundamento na violação dos Decretos-Leis n.ºs 35/2003 e 18/2003, e na condenação do réu à adopção dos actos e operações necessários para reconstituir a situação que existiria caso a autora tivesse sido colocada na primeira prioridade nas duas listas definitivas em causa.

Uma vez expirado o prazo para se constituírem como contra-interessados, consideram-se citados para contestar, no prazo de 30 dias,

a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na Secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pela autora, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação devem deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõem fazer.

Caso não lhes seja facultada em tempo útil a consulta do processo administrativo, disso darão conhecimento ao juiz do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contados desde o momento em que os contra-interessados venham a ser notificados de que o processo administrativo foi junto aos autos.

É obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do CPTA.

O prazo acima indicado é contínuo; terminando em dia em que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

13 de Junho de 2005. — O Juiz de Direito, *Ricardo J. P. M. de Oliveira e Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Dolores Pereira*.

### CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

**Deliberação n.º 493/2006.** — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 3 de Abril de 2006:

Dr.ª Maria Ivone Mendes Martins, juíza em comissão permanente de serviço na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul — provida, a título definitivo, como juíza desembargadora do referido Tribunal e Secção. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

**Deliberação n.º 494/2006.** — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 3 de Abril de 2006:

Dr. Paulo Jorge Duarte Gomes, juiz de direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, em regime de comissão de serviço como adjunto do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros — concedida licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2006. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

### UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Despacho n.º 8793/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 10 de Março de 2006 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Mestre Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto, assistente além do quadro da Faculdade de Direito desta Universidade — concedida dispensa de serviço docente no ano lectivo de 2006-2007, com início em 1 de Novembro de 2006.

23 de Março de 2006. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

**Despacho n.º 8794/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 24 de Março de 2006 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho, professora auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a 21 de Abril de 2006. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

### UNIVERSIDADE DE LISBOA

#### Reitoria

**Despacho n.º 8795/2006 (2.ª série).** — Foram designados, por despacho do vice-reitor de 27 de Março de 2006, por delegação, para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de professor catedrático, do 1.º grupo, subgrupo F, Medicina Dentária Forense, da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, os seguintes professores:

Presidente — Vice-Reitor da Universidade de Lisboa.  
Vogais:

Doutor António Cabral de Campos Felino, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.

Doutor João Fernando Costa Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.

Doutor António Emílio Peixoto Vasconcelos Tavares, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Doutor Luís Miguel Pires Lopes, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Doutor Luís Filipe Almeida Silva Jardim, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Doutor Manuel Clarimundo Manso Preto Emílio, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

27 de Março de 2006. — O Vice-Reitor, *João Sousa Lopes*.

**Despacho n.º 8796/2006 (2.ª série).** — Foram designados, por despacho do vice-reitor de 27 de Março de 2006, por delegação, para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de professor catedrático, do Departamento de Biologia Vegetal, especialidade em Ecologia e Biosistemática Vegetal, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, os seguintes professores:

Presidente — Vice-Reitor da Universidade de Lisboa.  
Vogais:

Doutor João Carlos de Sousa Marques, professor catedrático do Departamento de Zoologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutora Helena Maria de Oliveira Freitas, professora catedrática do Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor João José Oliveira Dias Coimbra, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutora Maria José Rosado Costa, professora catedrática do Departamento de Biologia Animal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutor José Manuel Gonçalves Barroso, professor catedrático do Departamento de Biologia Vegetal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Amélia Botelho de Paulo Martins Campos Loução, professora catedrática do Departamento de Biologia Vegetal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

27 de Março de 2006. — O Vice-Reitor, *João Sousa Lopes*.

**Despacho n.º 8797/2006 (2.ª série).** — Foram designados, por despacho do vice-reitor de 29 de Março de 2006, por delegação, para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de professor catedrático do Departamento de Biologia Vegetal, especialidade em Biologia Celular e Biotecnologia Vegetal, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, os seguintes professores:

Presidente — Vice-reitor da Universidade de Lisboa.  
Vogais:

Doutora Elvira Isabel Moreira dos Santos, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Doutora Maria Cecília Lemos Pinto Estrela Leão, professora catedrática da Escola de Ciências da Saúde, da Universidade do Minho.

Doutora Maria Manuela Coelho Cabral Ferreira Chaves, professora catedrática do Departamento de Botânica e